

## 2.

### **Presença do Instituto Nacional de Educação de Surdos: entre a circunscrição Laranjeiras e o Brasil**

O Collegio Nacional para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos foi criado em meados do século XIX, por iniciativa do surdo francês E. Huet<sup>1</sup>.

Em junho de 1855, Huet apresenta ao Imperador D. Pedro II um relatório<sup>2</sup> cujo conteúdo revela a intenção de fundar uma escola para surdos no Brasil e também informa da sua experiência anterior como diretor de uma instituição para surdos na França, o Instituto dos Surdos-Mudos de Bourges. Cumpre destacar que era comum que surdos formados pelos Institutos especializados europeus fossem contratados a fim de ajudar a fundar estabelecimentos para a educação de seus semelhantes. Com essa finalidade, por exemplo, em 1815, o norte-americano Thomas Hopkins Gallaudet (1781-1851) realizou estudos no Instituto Nacional dos Surdos de Paris e, ao concluí-los, convidou o ex-aluno dessa instituição, Laurent Clérc, surdo, que já atuava como professor, para fundar o que seria a primeira escola para surdos na América. Pode-se afirmar, portanto, que a proposta de Huet feita ao Imperador do Brasil correspondia a esta tendência. O governo imperial apoia a iniciativa de Huet e destaca o Marquês de Abrantes para presidir uma Comissão Diretora com a finalidade de acompanhar de perto o processo de criação e o cotidiano administrativo da primeira escola para surdos no Brasil.

---

<sup>1</sup> Os dados biográficos de Huet ainda são imprecisos. Nesse estudo apresento alguns dados até então desconhecidos de sua biografia. Um deles se reporta ao ano de 1840, quando era monitor da terceira classe do Instituto dos Surdos-Mudos de Paris. Nesse ano, organiza duas listas com a finalidade de levantar recursos para erigir um monumento em homenagem ao abade L'Pée na igreja de Saint Roch em Paris. Na lista relativa aos alunos do Instituto de Paris, organizada somente pelo primeiro nome, há dois de nome Edouard. Um doa a quantia de oito francos e o outro doa um franco. É possível que um dos dois seja Huet. Há controvérsias acerca de seu primeiro nome, em algumas descrições aparece como Ernest e em outras como Eduard. Sua assinatura não contribui para resolver a questão na medida em que sempre assina E. Huet. Quanto a sua chegada ao Brasil, os registros são contraditórios. O outro dado novo que esse estudo traz é o registro de funcionamento do Collégio Francez, de sua propriedade no período de 1845/1851, no Rio de Janeiro. Em dezembro de 1861, após conflitos administrativos com o Marques de Abrantes, negocia sua saída da direção da Instituição mediante o pagamento de uma indenização pelo patrimônio material do Instituto e, também, o recebimento de uma pensão anual como reconhecimento de ter sido o fundador da primeira escola para surdos no Brasil. Seu destino é incerto após deixar o Instituto. Alguns registros indicam que seis anos depois estava fundando uma instituição semelhante no México.

<sup>2</sup> Documento no formato de carta em língua francesa. O original pertence ao acervo da Imperatriz Theresia Cristina do Museu Imperial de Petrópolis.

O novo estabelecimento, de natureza particular mas com alguma subvenção imperial dentre outras, começa a funcionar no primeiro dia de janeiro do ano de 1856<sup>3</sup>, nas dependências do Colégio de M. De Vassimon<sup>4</sup>. O primeiro documento com o propósito de divulgar a criação do estabelecimento comunica ser o Collegio de natureza mista, sendo que as meninas ficariam a cargo de Madame de Vassimon e suas filhas. O estabelecimento começou a funcionar nas dependências do Collegio de Vassimon na Rua dos Beneditinos 8. Vem de longa data a ligação de Huet com a família Vassimon. No ano de 1845, portanto dez anos antes de propor a fundação do colégio para surdos, Huet era proprietário do Collégio Francez Huet para meninos. Esse colégio funcionou até 1851 na Rua da Ajuda 68. No período 1852/1854, não há registro de atividade escolar de Huet. Outro dado importante que associa Huet aos Vassimon é a coincidência das datas de abertura e término das escolas dirigidas por ambos. O Collégio de Vassimon começa a funcionar em 1844 e termina em 1861, mesmo ano do desligamento de Huet com o Instituto de Surdos por ele fundado.

Colégio Luís Antonio Vassimon – 1844/1861

Colégio Francez de Huet (sob a direção de Huet)– 1845/1851

Colégio de Surdos-Mudos (sob a direção de Huet) – 1855/1861

Fonte Almanak , 1856, p.406

Interessante observar que ao longo das décadas de quarenta e cinquenta, por exatos seis anos em cada década, no mesmo período, Huet manteve-se dirigindo estabelecimentos de ensino.

Nesse mesmo documento citado acima, relativo ao ano de 1856, consta o programa de ensino, apresentado por Huet, o qual compreendia as disciplinas de

<sup>3</sup> Até o ano de 1908 era considerada a data de fundação do Instituto o dia 1º de Janeiro de 1856. A mudança deu-se através do artigo 7º do decreto nº. 6.892 de 19 de março de 1908, que transferiu a data de fundação para a da promulgação da Lei 939 de 26 de setembro de 1857, que, em seu artigo 16, inciso 10, consta que o Império passa a subvencionar o Instituto: *Conceder, desde já ao Instituto dos Surdos-Mudos, a subvenção annual de 5.000\$.000, e mais dez pensões, também annuaes, de 500\$.000 cada huma, a favor de outros tantos surdos-mudos pobres, que nos termos do Regulamento interno do mesmo Instituto, foram aceitos pelo Diretor e Comissão e aprovados pelo governo.* Antes desse decreto, os alunos eram bolsistas de entidades particulares ou públicas.

<sup>4</sup> O Colégio de Luís Antonio de Vassimon funcionou no Rio de Janeiro de 1844/1861 nos seguintes endereços e seus respectivos períodos: 1844/1849 – Rua dos Ourives 41, 1850/1853 – Rua da Quitanda 193, 1854/1856 – Rua dos Beneditinos 8, 1857/1859 – Ladeira da Conceição, 1860/1861 – Ladeira do Hospício 272.

*Escrepta e leitura, Elementos da língua nacional- Grammatica, Noções de religião e dos deveres sociais – Catecismo, Geographia, Historia do Brasil, Historia sagrada e profana, Arithmetica, Desenho e Escrepturação mercantil.* O curso tinha a duração de seis anos e era oferecido a alunos dos dois sexos na idade de sete a dezesseis anos. Já está presente nessa primeira proposta o ensino profissionalizante, que foi o grande destaque do trabalho desenvolvido pelo Instituto durante quase toda a sua trajetória. Para os meninos era oferecido curso de agricultura teórica e prática e para as meninas trabalhos *usuaes de agulha*. O trabalho de articulação labial era destinado somente aos que tivessem aptidão. Interessante lembrar que o destaque dado a essa questão acaba por não confirmar as narrativas sobre a tradição oralista da instituição. As atividades desenvolvidas de leitura labial e articulação labial, junto aos alunos, não eram para todos. Havia uma seleção e, conseqüentemente, trabalho diferenciado para os que não tivessem condições de serem oralizados. Essa questão foi discutida no relatório de 1871, assinado pelo então diretor Doutor Tobias Leite<sup>5</sup>,

A leitura sobre os lábios e a articulação artificial, que não são como geralmente se crê entre nós, o ponto objectivo da educação dos surdos-mudos, e apenas um auxiliar mais ou menos util conforme a natureza da surdo-mudez e as condições do alumno, não foram ainda ensinadas n'este Instituto, não só porque é o único meio de instruir surdos-mudos que é necessario aprender vendo praticar por mestres especiaes, como porque é tão pequeno o numero que aqui existe de surdos-mudos accidentaes, únicos que são susceptiveis de recebê-lo com vantagem...

Os conteúdos desse debate serão retomados mais adiante, no capítulo terceiro, a fim de que possamos compreender as rupturas operadas na dinâmica do Instituto, no período de 1951-1961, que vai trazer mudanças significativas no desempenho da instituição.

Em razão de ser um estabelecimento destinado a ambos os sexos, o Instituto contava com duas direções, uma para os meninos e uma para as meninas. Foram diretores do período de sua fundação até 1861 Huet e sua esposa. Com a saída de Huet, a instituição viveu um período de crise que quase culminou em seu fechamento.

---

<sup>5</sup> Tobias Rabello Leite era médico sanitarista, foi o primeiro a observar, no Hospital dos Estrangeiros, o início do surto de febre amarela no Rio de Janeiro. Embora ligado ao Imperador Dom Pedro II, na passagem do regime imperial para o republicano, Tobias permaneceu diretor do Instituto no período de 1868-1896, em função de sua ligação com o líder republicano Benjamim Constant que foi o primeiro Ministro da Instrução Pública e por um período também foi diretor do Instituto de Cegos.

A chegada do Doutor Tobias Leite, em 1868, vai estabilizar a rotina institucional e ampliar o alcance do debate acerca da educação de surdos. Há pelo menos três séculos esse debate segue polarizado, como vimos, com foco na questão linguística.

## **2. 1 Circulação de ideias em alcance nacional**

Além do debate quanto aos procedimentos de educação e ensino dirigidos aos surdos, estava presente, nesse momento, na instituição, uma outra questão que era a da responsabilidade do Instituto em âmbito nacional. Em inúmeras oportunidades Tobias Leite demonstrava sua preocupação quanto ao atendimento aos surdos nas demais províncias. Para tanto, solicitou ao Comissário do Governo um censo contendo informações sobre a presença de surdos em todo território nacional. Pela tabela de resultados podemos observar o levantamento de dados por faixa etária e por gênero informando a demanda por escolarização. Quanto à questão de gênero, o diretor tinha um posicionamento distinto para meninos e meninas. Para estas ele defendia que o ensino fosse realizado em casa de modo que contemplasse as atividades domésticas atribuídas às mulheres. Mais à frente, essa questão será discutida quando forem apresentadas as propostas do Doutor Tobias em nível nacional. Certamente que a questão de gênero se apresenta como um tema relevante a ser considerado e, naturalmente, a ser pesquisado.

O resultado do censo, segundo ele, derrubou a crença errônea de que havia poucos surdos no Brasil. A população brasileira naquela altura era de dez milhões, cento e doze mil e sessenta e um habitantes, sendo que o total de surdos apurado, ainda que de forma precária, apontou para a existência, no ano de 1870, de mil trezentos e noventa e dois surdos assim distribuídos:

Províncias	Menores de 14 anos		Maiores de 14 anos	Total
	sexo masculino	sexo feminino		
São Paulo	81	49	402	532
Minas	41	35	82	158
Rio Grande do Norte	34	21	64	119
Paraná	30	27	58	115
Ceará	16	15	49	80
Pernambuco	20	7	52	79
S. Pedro	16	9	34	59
Sergipe	11	4	33	48
Parahyba	6	3	34	43
Maranhão	7	1	34	42
Rio de Janeiro	4	5	31	40
Santa Catarina	7	2	21	30
Alagoas	6	3	12	21
Espírito-Santo	3	5	11	19
Amazonas			7	7
Soma	282	186	924	1392

Fonte: Instituto dos Surdos-Mudos. Relatório do Diretor Tobias Leite apresentado em março de 1871 ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira.

O Instituto, que recebia também surdos de outras províncias, só tinha capacidade para atender a no máximo vinte alunos. Portanto, como pode ser observado nos dados apresentados, estava longe de atender à demanda nacional.

Em razão de ser a única instituição de educação de surdos em território brasileiro e mesmo em países vizinhos, por muito tempo o Instituto configurou-se em uma instituição de referência para os assuntos de educação, profissionalização e socialização de surdos. No entanto, até a década de 1950, o movimento produzido por essa demanda de atendimento era fisicamente em direção ao Instituto. Somente nesta década é que a instituição vai inverter sua dinâmica de atendimento estimulando, através de cursos de formação de professores e outras ações que veremos mais

adiante, a ampliação do atendimento ao escolar surdo em outras unidades da federação. Portanto, fora de sua circunscrição.

Foi na gestão do Doutor Tobias Leite que a comunicação gestual, hoje reconhecida como LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais<sup>6</sup>), de forte influência francesa, em função da nacionalidade do fundador do Instituto, foi espalhada por todo Brasil pelos alunos que regressavam aos seus locais de origem quando do término do curso e, também, pela disseminação de algumas publicações feitas no Instituto como veremos adiante. Uma delas foi produzida no ano de 1875, desenhada pelo ex-aluno do Instituto Flausino José da Gama<sup>7</sup>, que assumiu a função de repetidor<sup>8</sup> depois de concluir seus estudos. Trata-se do livro *Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos*. Um belíssimo trabalho do ponto de vista artístico e de grande relevância para

---

<sup>6</sup> A Língua de Sinais é um sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria e complexa, com regras fonológicas, morfológicas, semânticas, sintáticas e pragmáticas. Seus usuários são surdos e ouvintes que frequentam as diversas modalidades de comunidade surda tais como: igrejas, escolas, clubes, associações e outras. A Língua de Sinais é uma construção histórica das comunidades de surdos, não sendo um sistema linguístico universal. Cada país tem a sua própria língua que vem a se constituir em específicas condições sociais, políticas e culturais. No percurso de sua história teve várias denominações: mímica, comunicação mímica, linguagem dos surdos-mudos, linguagem sinalizada, gestos, entre outras. É a partir de pesquisas realizadas na área da linguística nos anos sessenta do século XX, que passa a ser reconhecida como língua em vários países. Esse reconhecimento vai proporcionar uma mudança de paradigma nas propostas de escolarização envolvendo sujeitos surdos. No Brasil, foi reconhecida pela Lei 10.436 de 24 de abril de 2002. O movimento de legalização foi liderado pela Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos ([www.feneis.org.br](http://www.feneis.org.br)) e também por algumas lideranças surdas do Instituto Nacional de Educação de Surdos.

<sup>7</sup> Flausino José da Gama era filho de Anacleto José da Costa Gama. Surdo congênito, entrou para o Instituto no dia 1º de julho de 1869. Exerceu a função de repetidor no período de 1871/1878. No ano de 1875, Flausino manifestou desejo, junto ao diretor Tobias Leite, de desenhar o que seria o primeiro dicionário de língua de sinais produzido no Brasil. O original pertence ao acervo da Biblioteca Nacional. No ano de 1871, quatro anos antes desta importante realização, constava no relatório enviado ao Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, por Tobias Leite, elogio ao trabalho de Flausino como repetidor, atribuindo a ele o sucesso obtido pelos alunos.

<sup>8</sup> Inúmeras eram as funções do professor repetidor no Instituto. Além de assistir e depois repetir as lições do professor, deveria acompanhar os alunos no recreio e no retorno à sala de aula, bem como acompanhar os visitantes do Instituto, pernoitar com os alunos internos, corrigir os exercícios e substituir os professores. Eram nomeados se provassem estar habilitados quanto aos conteúdos da matéria escolhida. Havia um repetidor para cada disciplina. Em função de mudanças regimentais essa função passou por muitas reformulações. Nos primeiros anos de funcionamento da instituição era exercida por alunos. A primeira e única aluna que, na qualidade de mulher, exerceu a função de repetidora no Instituto foi Maria Pereira de Carvalho, no período de 1864/1868. Seu ingresso no Instituto foi ainda sob a gestão de Huet no ano de 1858. Seu nome consta junto com os dos seus dois irmãos, no primeiro documento pedagógico da instituição. Eram naturais de Barra Mansa (RJ).

estudos linguísticos que tenham como objeto a língua de sinais. O livro na realidade é um dicionário iconográfico, tal como seu nome, contendo o registro dos sinais (palavras) mais praticados pelos surdos, na segunda metade do século XIX, na província do Rio de Janeiro, onde sempre funcionou o Instituto. Segundo o diretor Tobias Leite, na apresentação do livro, esse trabalho atendia a dois objetivos. O primeiro era o de divulgar *a linguagem dos signaes, meio predilecto dos surdos-mudos para a manifestação de seus pensamentos*. O outro seria o de *mostrar o quanto deve ser apreciado um surdo-mudo educado. a capacidade de um surdo caso seja educado*. A ideia da realização dessa obra partira do próprio Flausino ao tomar conhecimento de um exemplar da biblioteca do Instituto de obra semelhante, realizada pelo professor surdo Pellisier, profissional do Instituto de Paris. Tobias apoiou a iniciativa do ex-aluno acreditando que, com a divulgação do livro, os *fallantes* ao conhecerem os sinais pudessem conversar com os surdos. Portanto, aqui podemos identificar a visão estratégica que tinha o diretor Tobias ao apoiar a iniciativa de Flausino.

O Instituto de Paris era uma referência importante no desenvolvimento dos trabalhos realizados na instituição. Grande parte dos primeiros livros que tratavam da educação de surdos, publicados no Brasil, eram traduções de obras de professores franceses. São eles:

- Lições de Linguagem Escrita, extraídas do Méthode pour enseigner aux sourds-muets do professor Jean-Jacques Valade-Gabel (adaptação do Doutor Tobias Rabello Leite). Rio de Janeiro, 1871;

- Lições de Geografia do Brasil (organizadas pelo Doutor Tobias Rabello Leite). Rio de Janeiro, 1873;

- Guia para professores primários (extraído de uma obra de J.J. Valade-Gabel pelo Doutor Tobias Leite). Rio de Janeiro, 1874;

- Notícia do Instituto dos Surdos Mudos do Rio de Janeiro, publicada pelo Doutor Tobias Leite. Rio de Janeiro, 1877;

- Compêndio para o ensino dos surdos-mudos, organizado pelo Doutor Tobias Leite e publicado por ordem do Ministro e Secretario de Estado e Negócios do Império Barão Homem de Mello. Rio de Janeiro, 1881;

- Ensino prático de língua materna aos surdos-mudos, adaptação do método dos frades de S. Gabriel pelo Doutor J.J. Menezes Vieira. Rio de Janeiro, 1885;

- Surdos-mudos capazes de articular, relatório apresentado ao governo pelo professor do Instituto, A.J. Moura e Silva. Rio de Janeiro, 1896.

A ideia do Doutor Tobias era a de divulgar para outras províncias esses trabalhos. Na apresentação de uma dessas obras, a do Compêndio para o ensino dos surdos-mudos (1881), o diretor escreveu:

Não havendo livro algum em portuguez para o ensino dos surdos-mudos, publiquei em 1871 as Lições de Linguagem Escripta, extrahidas do Methode pour enseigner aux surds-muets, do venerando professor J.J. Valade Gabel.

Não se acreditando então na proficuidade do ensino aos surdos-mudos, offereci 500 exemplares das Lições aos presidentes das províncias de Minas, S. Paulo, Paraná e Goyaz, para serem distribuídos pelos professores primários dos logares em que houvesse maior numero de surdos-mudos.

Operava, portanto, para que os conteúdos das publicações realizadas pela instituição pudessem alcançar os possíveis educadores de surdos nas localidades mais remotas. Buscava, com isso, projetar nacionalmente as ideias sobre educação de surdos circulantes no Instituto, o que não era muito comum em sua época.

No ano de 1884, está registrado no livro das Actas e Pareceres do Congresso de Instrução do Rio de Janeiro o debate que travou com o então professor do Instituto, e também médico, Menezes Vieira<sup>9</sup>. São de ambos os pareceres contidos na

---

<sup>9</sup> Menezes Vieira nasceu em São Luís do Maranhão, em 1848. Estudou Humanidades em sua cidade natal e Medicina no Rio de Janeiro. Especializou-se em otorrinolaringologia no ano de 1873, defendendo a tese Da Surdez produzida por lesões materiais; acústica; aparelho da audição; sinais tirados da voz e da palavra. Embora tivesse um consultório dentro de uma farmácia na Rua da Carioca, exerceu a medicina por pouco tempo. Sua grande disposição era para o magistério. Em 1871, ainda estudante de medicina, assumiu a cadeira de Linguagem Escrita do então Instituto de Surdos-Mudos. Juntamente com sua mulher Carlota de Menezes Vieira, fundou o Colégio Menezes Vieira, em 1875, localizado na Rua dos Inválidos, nº 26. No livro *A Cor da Escola*, de Maria Lúcia Rodrigues Muller (2008), há um registro fotográfico do dia da inauguração de seu colégio, mostrando a presença de negros e brancos dentre os seus profissionais. A fotografia de autoria de Augusto Malta apresenta os professores e a diretora da escola. Vieira criou o primeiro Jardim de Infância do Brasil o qual denominava Jardim de Crianças, espaço, segundo ele, de *transição suave e racional da família para a escola* (BASTOS, 1999, p. 570). Foi autor de diversas obras sobre educação geral e educação de surdos. Dentre estas se destacam: *Do surdo-mudo, considerado do ponto de vista físico, moral e intelectual*. Conferência Literária. Rio de Janeiro: Tip. Cinco de Março, 1874; *O Ensino prático da língua materna para uso dos surdos-mudos*. Rio de Janeiro: Tip. Pinheiro, 1885; *A imagem da palavra*. Rio de Janeiro, 1886; *Almanaque dos amigos dos surdos-mudos*. Rio de Janeiro: Tip Pinheiro, 1888.



26<sup>a</sup> Questão que trata da *Educação dos surdos-mudos*. Embora sejam pareceres antagônicos, é a definição da pessoa de Tobias Leite feita por Menezes Vieira na introdução de seu parecer que vai nos dar uma pista importante para a compreensão da projeção nacional que assumiu o Instituto ao longo dos vinte e oito anos de sua gestão. Para Vieira, o Doutor Tobias Leite era *um medico intelligente e illustrado, observador infatigável, conhecedor dos segredos, minudencias, subtilezas e filigranas do nosso complicadíssimo systema administrativo, zelo de uma reputação conquistada em longos annos do serviço público*.

Vale ressaltar o destaque dado ao conhecimento que o diretor tinha do funcionamento da máquina pública, para o alcance de seu trabalho. De fato, toda a documentação pesquisada sobre Tobias Leite ou os relatórios assinados pelo próprio revelam um conhecimento significativo do funcionamento da máquina pública nacional. Esse destaque pode configurar uma chave de compreensão importante para que possamos fazer algumas aproximações com a gestão que Ana Rímoli vai desenvolver no Instituto na década de 1950, também fortemente marcada por um ideário e uma prática com visão nacional, que pode refletir sua experiência de longos anos como funcionária do então Ministério de Educação e Cultura.

No escopo de seu parecer, Tobias critica a imprecisão dos dados colhidos pelo censo de 1872. É que, partindo desses dados, tomou uma série de iniciativas buscando trazer, sem nenhum custo para as províncias e, muito menos para as famílias, em sua grande maioria muito pobres, os surdos para serem instruídos no Instituto. Qual não foi sua surpresa experimentada a cada contato com os presidentes das províncias ou com autoridades eclesiais. Estes negavam a presença de surdos onde o censo os tinham registrado. Destaca inclusive que, por ocasião da seca que assolou a província do Ceará promovendo um fluxo de retirantes de quase cento e vinte mil pessoas, solicitou ao senador Liberato da Costa Correia, médico e amigo, que procurasse surdos entre os retirantes para que o Instituto pudesse recebê-los. Mais uma vez a surpresa de saber que não havia surdos entre eles. Daí a sua insistência em levantar o quantitativo real de surdos no Brasil. Um outro censo, este do início da

---

Foi também o primeiro diretor do Pedagogium, fundado, já no período republicano por Benjamim Constant quando Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos.

década de 1880, apresenta um quantitativo bastante superior de surdos em relação ao Censo anterior. Neste, além da divisão de gênero, surpreende ao apresentar a condição do surdo se livre ou escravo.

CORTE E PROVINCIAS	LIVRES			ESCRAVOS		
	Homens	Mulheres	Somma	Homens	Mulheres	Somma
Amazonas.....	16	7	23			
Pará.....	158	73	231	2	3	5
Maranhão.....	198	87	285	16	7	23
Piauhy.....	52	38	90	5	1	6
Ceará.....	378	244	622	6	8	14
Rio Grande do Norte.....	68	44	112	8	4	12
Parahyba.....	172	92	264	5	8	13
Pernambuco.....	222	143	365	30	26	56
Alagoas.....	63	35	98	3	1	4
Sergipe.....	31	10	44	3	1	4
Bahia.....	516	420	936	139	153	292
Espirito Santo.....	23	9	32	4	1	5
Município da Côrte.....	123	70	193	8	8	16
Rio de Janeiro.....	181	104	285	39	33	72
S. Paulo.....	676	361	1.037	30	18	48
Paraná.....	117	58	175	4	2	6
Santa Catharina.....	333	78	411	7	5	12
Rio Grande do Sul.....	283	131	414	17	8	25
Minas Geraes.....	3.266	1.529	4.795	358	288	646
Goyaz.....	420	258	678	32	14	46
Matto Grosso.....	93	56	149	4	8	12
	7.392	3.847	11.239	720	391	1.311

Fonte: Center For Research Libraries. Relatórios Ministeriais – 1821/1960. Império, 1886, p.64

O registro de dados acerca de escravos surdos é mais um elemento que nos instiga a investir no estudo, ainda inexistente, do perfil dos alunos que frequentaram o Instituto, sobretudo na época do Império. Não há na documentação pesquisada nenhuma menção quanto à condição dos alunos, se livres ou se ex-escravos ou mesmo na remotíssima hipótese de serem escravos. O que pode ser encontrado é uma referência acerca de como eram subvencionados seus estudos. Embora desde 1857 o

Instituto pertencesse ao Império, os alunos ingressavam na qualidade de pensionistas do Estado ou das Províncias – a grande maioria – ou na qualidade de contribuintes financiados pelas suas respectivas famílias. Há alguns casos de meninos que foram abandonados por suas famílias sem nome, sem nenhuma documentação que informasse sua origem. Seriam negros na condição de libertos? Há registros apontando que alguns meninos surdos, abandonados, ficavam morando no Instituto, assumindo algumas tarefas de rotina<sup>10</sup>. Nas imagens dos alunos da Instituição registradas no ano de 1881 (ver anexos), sete anos antes da abolição, temos um perfil de maioria branca e um de ascendência negra. Parece que não havia restrição em relação à cor, ao contrário da experiência dos surdos negros americanos<sup>11</sup>.

Na recente obra *A Cor da Escola*, Muller (2008) discute, por meio de fotografias, a presença de negros como docentes e alunos nas escolas públicas brasileiras na virada do século XIX para o XX. Esse estudo vem contribuir para uma melhor compreensão do perfil dos atores da escola pública brasileira desde a sua fundação nas primeiras décadas dos oitocentos. A constatação da significativa presença de negros - como professores e alunos - nas escolas dos dois últimos séculos no Brasil aponta para a necessidade de a pesquisa acerca da história da educação de surdos em nosso país ampliar seu repertório de análise para além das fontes repetidamente utilizadas, circunscritas ao debate linguístico do campo. Esse estudo pode contribuir para que possamos traçar o perfil dos alunos que fizeram a história do Instituto. O Censo acima apresentado nos leva a perguntar se os surdos negros recém saídos do cativeiro eram aquinhoados pela instrução primária e também, do mesmo modo, os surdos negros libertos. Muller (2008), discorrendo sobre o perfil dos alunos negros ou de ascendência negra, afirma:

---

<sup>10</sup> No Relatório do ano de 1871, o diretor Tobias Leite comenta um desses casos: *No começo das últimas férias, cedendo aos contínuos e instantes pedidos do alumno Joaquim do Maranhão, orphão da Santa Casa da Misericórdia da província daquelle nome, de idade presumível de 20 anos, robusto e muito trabalhador, contractei um mestre para ensinar-lhe o officio de sapateiro. Com tão boa vontade se applicou, que faz todo o calçado necessário para os alumnos.*

<sup>11</sup> As crianças surdas negras que viviam em Washington não podiam frequentar a escola fundada por Gallaudet porque esta pertencia à parte do sul segregado. Os surdos negros eram deslocados para estudar em Maryland onde havia uma escola segregada para negros surdos. A educação segregada para os alunos surdos negros se estendeu nos Estados Unidos até 1978. (Garcia, 1999)

Mesmo antes da Abolição, já tínhamos um significativo número de libertos. Aproximadamente 95% da população negra no Brasil eram livres à época da abolição do cativo. O 13 de maio de 1888 trouxe a liberdade para 723.000 escravos, numa população de 12 milhões de pessoas que aqui viviam (REIS,2000). Hebe Mattos, já citada, descreve a diversidade de ocupações econômicas dos libertos no interior do Rio de Janeiro e no Sul de Minas Gerais. Eram jornaleiros, camaradas, capatazes, pequenos sítiantes e costureiras. Esforçavam-se para adotar as condutas simbólicas dos homens livres como o casamento oficial, o registro dos filhos, etc. Esses libertos teriam dado origem a uma pequena classe média de artesãos e, mesmo, de pequenos funcionários. Negros e mestiços representavam 37,3% da população carioca, em 1890. (Muller, 2008, p. 91)

Um dado relevante a ser observado nesse Censo é a proporção de surdos libertos e cativos nas províncias de Minas Gerais, Bahia e São Paulo. Vale lembrar que são as províncias mais populosas e com intensa atividade econômica. Com exceção da província de São Paulo, que já vinha trabalhando com a mão-de-obra imigrante, Minas e Bahia apresentam um contingente significativo de surdos escravos.

Dados imprecisos ou não o fato é que, na defesa pela criação de outros institutos de surdos, o Doutor Tobias Leite utiliza esses números propondo distribuí-los da seguinte maneira:

- Três na província de Minas Gerais (Diamantina, Barbacena e Uberaba);
- Dois na província da Bahia (Feira de Santana e Caravelas);
- Dois na província de São Paulo (Capital e Tietê);
- Um na província da Goiás;
- Um na província do Ceará, que atendesse aos surdos das províncias do Piauí, Maranhão e Pará;
- Um na província de Pernambuco, que atendesse aos surdos das províncias do Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe.

Para o Instituto localizado no Rio de Janeiro, ficaria a tarefa de atender também aos surdos do Espírito Santo e o encargo de preparar professores em um curso normal destinado a habilitar profissionais para os Institutos a serem criados. No relatório ministerial do ano de 1886, consta que o curso normal não funcionou por falta de alunos.

Vale destacar que o Doutor Tobias já defendia que o Instituto deveria assumir o seu papel de *ser o centro d'onde partissem o impulso e os modelos dessa difícilíssima especialidade da educação popular*.

Essa compreensão de que as ações do Instituto deveriam ser de âmbito nacional, assumida por Tobias Leite e consubstanciada em muitas de suas ações, vai se consolidar somente quase um século depois no projeto nacional desenvolvido na década de 1950.

No parecer a que estamos nos referindo, o Doutor Tobias defende apenas o nível de educação primária para os surdos, dizendo que o objetivo não era o de formar homens letrados. Sendo de classes de baixa segmentação econômica, seria melhor oferecer-lhes o ensino agrícola pelas características do Brasil e, também, como médico que era, argumentava achar a vida no campo mais saudável para o surdo. Nas cidades só lhes restavam a profissão de artista ou de operários, o que segundo ele, tornava-os vulneráveis à exploração de chefes de oficinas ou de empresários cruéis. No campo, com a vida mais calma, estariam protegidos.

Ainda nesse parecer, o diretor defendia que instituições de atendimento aos surdos fossem públicas, de encargo municipal com a colaboração das províncias e do Império. A este caberia o encargo de manutenção do pessoal docente, às províncias, a parte material e às municipalidades, a manutenção dos alunos. Quanto às meninas, como vimos acima, dizia ser impossível serem educadas em ambientes mistos. Os internatos para ambos os sexos não *fazia parte de nossos costumes*. Um internato exclusivo para meninas, como havia em alguns países da Europa, era impensável numa sociedade que não oferecia possibilidades de emprego para as mulheres. Para o diretor a instrução deveria ter como meta oferecer mão de obra para as atividades agrícolas, portanto as meninas estavam fora desse projeto. Reconhecendo seu direito à instrução, recomendava o ensino em casa ou a admissão em escolas do sexo feminino. Quando recém empossado diretor, no ano de 1869, termina o seu relatório dirigido às autoridades do Império com as seguintes palavras sobre o ensino para as meninas:

Existem no Instituto duas alumnas que se aproximam da puberdade. Chegando a esta idade, sou de opinião que sejam retiradas do Instituto, embora não tenham,

como não terá concluído a instrução litteraria, porque sem inconvenientes não podem n'elle continuar a residir. (Relatório Tobias Leite, 1869, p. 7)

Na resistência a essas ideias estava Nísia Floresta<sup>12</sup> em sua obra denominada *Opúsculo Humanitário*, publicada em 1853, trinta anos antes do parecer de Tobias. No texto abaixo, ressentindo-se da precariedade qualitativa e quantitativa da educação oferecida às mulheres nos anos oitocentos, Nísia faz duras críticas acerca da educação no Brasil, baseada em dados da Instrução Pública relativos ao ano de 1852. Embora um pouco longo, penso ser relevante registrá-lo:

Pelo *Quadro Demonstrativo do Estado da Instrução Primária e Secundária das Províncias do Império e do Município da Corte*, no ano de 1852, vê-se que a estatística dos alunos que frequentam todas as aulas públicas monta a 55.500, número tão limitado para a nossa população, e que neste número apenas 8.443 alunas se compreendem.

Basta refletir nesta desproporção, para julgar-se do atraso em que se acha a instrução do sexo, tão mal aquinhado na partilha do ensino pago pelo governo. Nenhuma proporção há, como vamos ver, entre as escolas primárias de um e de outro sexo.

Na província de Minas, onde a instrução se acha mais geralmente difundida, entre 209 escolas de primeiras letras, só 24 pertencem ao sexo feminino. Considerando-se esta tão desproporcional diferença, o sexo parece permanecer ali debaixo da influência do anátema que fulminara sobre ele um dos mais notáveis presidentes daquela província. Tratando das cadeiras públicas de ensino primário, dizia ele que “deve-se ensinar às meninas tudo quanto convém que saiba uma mulher, que tem de ser criada de si e de seu marido” Este severo administrador abstraiu, por sem dúvida, do século em que falava ou confundiu um povo livre, o digno povo mineiro, com a mafaldada população de escravos que infelizmente o Brasil contém em seu seio.

Na ilustrada Bahia, de 184 escolas primárias, 26 somente são de meninas. Menos egoísta para com o sexo a sua rival na glória, o heroico Pernambuco, fiel a suas tradições, lhe sobressai em equidade, pois que, de 82 escolas, 16 pertencem ao sexo feminino.

A província do Rio de Janeiro, com 116 escolas, dá ao sexo 36. No município da Corte, a sede do governo imperial, onde devia-se mais facilitar a instrução do povo, acham-se apenas criadas 9 aulas de meninas.

As demais províncias apresentam proporcionalmente a mesma escassez de recursos para o cultivo da inteligência da mulher, e algumas há cujo estado de instrução pública não chegou ainda ao conhecimento do governo geral.

Acrescentemos agora ao medíocre número dessas escolas a confusão dos métodos, das doutrinas seguidas pelas professoras, quase sempre discordes em seus sistemas e, como já observamos, em grande parte sem as necessárias habilitações, e teremos, reduzido à expressão mais simples, o número da nossa população feminina que participa do ensino público e o grau de instrução que recebe. (pp. 81-83)

<sup>12</sup> Uma mulher de muitos nomes: Dionísia Pinto Lisboa, Dionísia Gonçalves Pinto, Nísia Floresta Brasileira Augusta ou Nísia Floresta nasceu na primeira década dos oitocentos, 1809 ou 1810 (o ano de seu nascimento é impreciso) na então capitania do Rio Grande do Norte. Era filha do advogado português Dionísio Gonçalves Pinto Lisboa e da viúva brasileira Antônia Clara Freire. A partir de 1834, Nísia começa como autodidata a carreira no magistério. Durante 17 anos mantém um estabelecimento de ensino para meninas – O Colégio Augusto – que começou a funcionar no ano de 1838. O Colégio funcionou inicialmente na Rua Direita, 163 (hoje Rua 1º de Março), e depois à Rua Manuel, 20, com entrada pela Travessa do Paço, 23. Nísia Floresta é considerada uma das primeiras mulheres no Brasil a se utilizar do jornal para defender suas ideias feministas. O livro *Opúsculo Humanitário* é composto por uma reunião de artigos publicados no Diário do Rio de Janeiro e depois n° *O Liberal* entre os anos de 1852 e 1853.

Nesse quadro adverso, vale ressaltar que dentre os primeiros alunos da instituição, que foram contratados para atuarem na função de repetidores, estava uma mulher. Maria Pereira de Carvalho era natural de Rio Claro, distrito de Barra Mansa. Entrou para o Instituto na gestão de Huet no ano de 1858, aos nove anos de idade. Veio junto com seus dois irmãos, também surdos. Aos quinze anos, começou atuar como repetidora permanecendo na função no período de 1864/1868. Provavelmente teve sua atividade pedagógica interrompida em função da alegação desenvolvida pelo diretor, contrária à presença de mulheres no Instituto.

Já o parecer final do professor Menezes Vieira só faz uma pequena remissão ao ensino das meninas surdas relativa à educação doméstica:

Para que a educação effectue-se mais rápida e proficuamente convirá tornar evidente:  
 Que a palavra articulada póde ser adquirida pela vista e pelo tacto;  
 Que a leitura sobre os lábios deve ser ensinada desde os primeiros annos.  
 Afim de vulgarisar estas idéas cumpre:  
 Que os vigários propaguem-n'as entre os seus comparochianos;  
 Que nas escolas primarias o ensino da leitura e da escripta seja feito pelo mesmo processo empregado nos institutos de surdos-mudos;  
 Que nessas escolas, especialmente nas de sexo feminino, em um dos livros de leitura expressiva trate-se da primeira educação que o surdo-mudo deve receber no seio da família. (p.6)

Quanto ao ensino, sua defesa era pela linguagem articulada para todos os alunos e não somente para os que apresentassem condições ideais. Portanto, os pareceres eram antagônicos nessa questão. No entanto, ambos concordavam em não contemplar o ensino além do primário, compreendiam a educação de surdos como uma modalidade da educação popular. Em relação à polêmica linguística, a oposição aqui era entre o foco no ensino da língua escrita, defendida pelo Doutor Tobias e o foco no ensino da língua oral, defendida por Menezes Vieira. Para este, de nada valeria desenvolver habilidades de escrita para os surdos numa sociedade majoritariamente iletrada. Argumentava que os que sabiam ler e escrever logo perdiam essa habilidade por não ter onde empregá-la. Em seus cotidianos, o trabalho que conseguiam, seja no campo ou nas cidades, não demandava leitura nem escrita.

Esse debate se insere nas discussões sobre escolarização das camadas populares no final do século XIX.

As classes alcançadas pela estrutura educacional desse século eram as mesmas que estavam no topo da economia. As poucas escolas públicas existentes serviam, em sua grande maioria, aos filhos dessa elite. A assimetria entre as classes também se dava por regiões, sendo que as mais prósperas ofereciam um maior número de serviços escolares. Uma das escolas públicas que atendia a um segmento da elite nacional era o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Vale destacar que muitos de seus professores atuavam também no Instituto.

A circulação das ideias no final do século XIX relativas à educação também se fazia presente no debate que se praticava quanto aos métodos adotados na educação de surdos, como vimos acima.

Além dos pareceres de Menezes Vieira e Tobias Leite, um outro exemplo é o do professor Cândido Jucá<sup>13</sup>, que ensinava alemão no Colégio Pedro II, e que, no Instituto, inicialmente, atuou como professor de linguagem escrita. Jucá era um ardoroso defensor do trabalho de desenvolvimento da fala do surdo. Logo assumiu, com êxito, a cadeira de linguagem articulada cujos pressupostos tem sido denominado ao longo das últimas décadas de oralismo<sup>14</sup>. Jucá foi bastante ousado em relação ao ensino de língua em sua época. Embora fosse conhecedor do modo como era trabalhado esse ensino nas melhores escolas da Alemanha, da França e da Itália, cuja recomendação era partir do fonema para chegar à frase, Jucá invertia o processo e partia da frase para ensinar a língua. O sucesso de seu trabalho foi registrado no Jornal do Comércio do dia 5 de dezembro de 1898. Consta que, na presença do então ministro Epitácio Pessoa, um aluno de nome Laurindo repetiu uma quadra de Casimiro de Abreu, lendo nos lábios do professor.

---

<sup>13</sup> Cândido Jucá (1865/1929) nasceu no Ceará e esteve ligado ao movimento abolicionista em sua terra natal. No ano de 1884, quando o Ceará libertou os seus escravos, Jucá era orador de uma sociedade intitulada “A libertadora”, composta por negros alforriados e abolicionistas. Entrou para o então Instituto Nacional de Surdos Mudos através de concurso. Estudou fonologia alemã, cujos pressupostos serviam de base para o seu trabalho de desenvolvimento da linguagem articulada pelos surdos. À sua vertente de pensamento deixou um continuador que foi o professor Saul Borges Carneiro.

<sup>14</sup> Conjunto de formulações que preconiza como etapa fundamental do processo de educação de surdos o desenvolvimento da capacidade de leitura labial e de fala. Inúmeros métodos foram desenvolvidos para trabalhar a oralização dos surdos nos últimos séculos. No século XXI, destacam-se o Gulberina e o desenvolvido pelo Dr. Gui Perdoncini.



Destaca-se que, a essa altura, o alto índice de analfabetismo presente no Brasil incomodava a progressistas e conservadores. Estes porque disputavam um pequeno contingente de eleitores já que somente os alfabetizados tinham o direito de voto. A ideia de alfabetização dos surdos também estava posta como um desafio. É possível afirmar que tanto a proposta do ensino pela escrita quanto a do ensino pela leitura labial e articulação labial incluíam-se na agenda da discussão sobre alfabetização das camadas populares do país, das quais os surdos, em sua maioria, eram parte. Ainda que de modo circunscrito às fases iniciais do processo de escolarização, podemos nos distanciar da ideia de que o ensino aos surdos no Instituto estivesse exclusivamente ligado ao ideal de caridade, como afirma Soares (1999, p.115),

(...) pode-se verificar o distanciamento que houve entre os dois tipos de ensino, assim como pela história da educação, os caminhos entrecruzados da educação comum e da educação de surdos, os condicionantes históricos que fizeram com que a educação dos normais fosse encarada no âmbito do direito, da cidadania e o ensino dos surdos se mantivesse nas raias do assistencialismo, isto é, do dever moral.

É difícil seguir sustentando essa ideia dentre outras razões pela indubitável riqueza dos conteúdos do debate acerca da educação de surdos praticados no Instituto. O que podemos afirmar é que o fato do Instituto ser de âmbito público e da administração federal esteve vulnerável às inúmeras condicionantes políticas, mormente àquelas pelas quais o seu funcionamento era brutalmente alterado. É preciso que desenvolvamos um esforço de compreensão da dinâmica das gestões e da correlação de forças entre seus sujeitos e suas ideias. Portanto é através dessas determinantes que podemos entender o perfil asilar que eventualmente a instituição assumiu e não como um valor intrínseco ao seu funcionamento.

Nas primeiras décadas do regime republicano, o Instituto oferecia, além da instrução literária, o ensino profissionalizante. A terminalidade dos estudos estava condicionada à aprendizagem de um ofício e não à aquisição de habilidades de leitura e ou escrita. Os alunos frequentavam, de acordo com suas aptidões, oficinas de sapataria, alfaiataria, gráfica, marcenaria e, também, já com a presença das meninas na década de 1930, em regime de externato, oficinas de bordado. Parece que o sentido do ensino desses ofícios está implicado com a urgência de tornar os surdos, cuja grande maioria era de baixa estratificação econômica, viáveis socialmente.

Conhecendo uma profissão poderiam gerir sua própria vida. É possível que a orientação profissional tenha contribuído para que a instituição, na primeira metade do século XX, estivesse mais voltada para o seu cotidiano e, com isso, sua atuação em nível nacional, marca da gestão de Tobias Leite, fosse ficando restrita aos alunos que receberia de todo o Brasil. Apesar das propostas formuladas pelo Doutor Tobias em 1884, relativas à necessidade de criação de outros Institutos para atender aos surdos de todo o Brasil, até o final da década de 1920, só havia, além do INES, um asilo para moças surdas em Itajubá, Minas Gerais, sem finalidade de ensino, o Instituto Central do Povo<sup>15</sup> no Rio de Janeiro e o Instituto Rodrigues Alves<sup>16</sup> no estado de São Paulo.

## 2.2

### O Instituto no âmbito das Laranjeiras

Em 1907, assume a direção do Instituto o Doutor Custódio Ferreira Martins cuja gestão terá a duração de vinte e três anos, indo até o ano de 1930. Penso ser importante aqui fazer alguma consideração sobre fatores que concorrem para que se construa o perfil de uma gestão<sup>17</sup>. O grande marco desse período foi a obra de ampliação das dependências do Instituto situado na Rua das Laranjeiras desde

---

<sup>15</sup> O professor do Instituto João Brasil Silvado Jr. fundou a Associação Brasileira dos Surdos Mudos - A.B.S.M.- que funcionava nas dependências do Instituto Central do Povo, associação evangélica de natureza filantrópica. O Estatuto da Associação, datado de 24 de maio de 1913, descreve em seu artigo de nº 2 o objetivo principal da Associação: *Promover tudo que for para o bem dos surdos mudos do Brasil, physica, moral, intellectual e socialmente*. Em dezembro de 1914, é publicado o primeiro número do *Euphphata*, jornal mensal da A.B.S.M. que tinha como redator-chefe o professor Silvado e os redatores surdos Ernesto da Conceição e Jeronymo dos Santos. O último número do jornal saiu em 1916.

<sup>16</sup> No ano de 1905, chega a São Paulo o professor italiano Nicoláo Carusone, habilitado pela Escola Normal anexa ao R. Istituto Nazionale pei Sordo-Muti de Milão. Adepto do método oral puro, funda, em São Paulo, o Instituto Paulista de Surdos Mudos “Rodrigues Alves”.

<sup>17</sup> Estou assumindo como gestão um conjunto de práticas em uma dada instituição, nesse caso o Instituto de Surdos, que reflete a política praticada nacionalmente, as ideias sobre educação geral e educação de surdos que circulam entre os sujeitos, as vozes antagônicas de seus profissionais, as características sócio-históricas de seus alunos e o perfil do gestor.

meados do século XIX, mais precisamente no ano de 1877. As obras tiveram seu início em 1913, sendo que a nova sede ficou pronta no ano de 1915.

A construção desse prédio foi feita pela firma Poley Ferreira e Companhia, mediante concorrência pública. O prédio anterior<sup>18</sup> foi todo abaixo. O argumento principal para a ampliação era a de criar uma seção feminina. Algumas alunas frequentavam ilegalmente, no Instituto, as aulas do professor Saul Borges. Em alguns casos, eram atendidas pelo mesmo professor no Colégio Orsina da Fonseca, localizado na zona norte do Rio de Janeiro. Em função dessa *ilegalidade*, o Diretor Custódio Martins envia ao Ministério da Justiça e Negócios do Interior (ao qual o Instituto era subordinado), em 17 de abril de 1915, um pedido de desculpas por permitir que as meninas frequentassem as aulas do professor Saul Borges<sup>19</sup>, relevando, no entanto, que faziam sem custo para o Governo.

Em 1911, o Decreto de nº 9.198, em seu artigo 09, propõe a retomada do método oral puro em todas as disciplinas. Assim, os três professores de Linguagem Escrita foram transferidos para as três recém criadas cadeiras de Linguagem Articulada e Leitura sobre os Lábios, já que apenas uma vinha funcionando desde 1887. Essa discussão será retomada no terceiro capítulo desse trabalho, oportunidade em que será discutido o projeto linguístico da gestão de Ana Rímoli. Nesse mesmo decreto foi criada a seção feminina, fato este que vai aumentar a pressão para a realização das obras de ampliação do prédio.

No ano seguinte, os professores organizaram novos programas para o ensino da Linguagem, posteriormente aprovados pelo Ministro do Interior. Já em 1914, no

---

<sup>18</sup> Em 18 de março de 1881 o Instituto foi transferido para um prédio na rua das Laranjeiras. O prédio era construído por dois pavimentos. O primeiro pavimento tinha dez janelas com frente para a rua. O segundo, consistia num corpo central superposto às quatro janelas do centro do primeiro pavimento, tendo igual número de janelas de sacada. Em 1891 foram realizadas obras de acréscimo de dois corpos laterais, abrindo-se em cada um destes lances, três janelas de peitoril (Notas de fichário destinadas ao Dicionário Topográfico e Histórico da cidade do Rio de Janeiro – Noronha Santos).

<sup>19</sup> Saul Borges Carneiro entrou para o Instituto no ano de 1907 na função de professor repetidor. Junto com seu contemporâneo João Brasil Silvado Jr, exerceu importante influência no debate educacional praticado no Instituto. Ambos foram referências importantes para outros profissionais da instituição. O professor Silvado era mais alinhado ao método combinado (escola francesa) enquanto que o professor Saul Borges era mais ligado ao método oral (escola alemã). Mantiveram discreta e elegante discordância fazendo inúmeros discípulos dentre eles o professor Geraldo Cavalcanti, figura destacada da educação de surdos, alinhado às ideias do professor Silvado.

terceiro ano de experiência com o Método Oral Puro, os resultados não foram positivos. O Diretor Custódio Martins envia Relatório ao governo insistindo na proposta de adaptar métodos de ensinos mais adequados às várias aptidões e capacidades dos alunos do Instituto, como veremos mais adiante.

No ano de 1920, em mensagem apresentada ao Congresso Nacional<sup>20</sup>, o Presidente da República, Epitácio Pessoa, critica a construção do novo prédio:

Nada justifica a instalação atual desse estabelecimento num prédio suntuoso, muito mais apropriado a uma escola superior do que a de um serviço de assistência pública. Transferi-lo para outro local é providência que se me afigura acerta, e, então, com o rendimento das apólices doadas pelo Congresso, os dois imóveis que possui o Instituto e o das suas próprias oficinas, poderia este substituir por si mesmo, e exonerar, assim, o Tesouro de tamanho encargo. Confiada ao Conselho Administrativo dos Patrimônios a direção, continuaria o Ministério do Interior e superintendê-la, sem as desvantagens do regime atual. (p. 72).

O destaque dado pelo Presidente da República à suntuosidade do prédio faz-nos compreender a utilização das dependências do Instituto para o funcionamento de inúmeras repartições federais. Mesmo depois de inaugurado, como vimos acima, a seção feminina não foi imediatamente criada. Funcionavam no prédio do Instituto até meados da década de 1930: a Comissão Rondon, o Juízo de Menores, a Polícia de focos do 1º Distrito e a Inspetoria de Fronteiras. A ocupação se estendeu até os anos 1940, com a presença, em suas instalações, da Escola Nacional de Educação Física<sup>21</sup>.

Em janeiro de 1925, através do Decreto nº. 16.782, é organizado o Departamento Nacional de Ensino, passando o INES e o Instituto Benjamin Constant<sup>22</sup>, à classe de estabelecimentos profissionalizantes. Um ano depois, em 1926, é publicada a tese de doutoramento em medicina do Doutor Arnaldo de Oliveira Bacellar, pela faculdade de Medicina de São Paulo. Intitulada A Surdo-

<sup>20</sup> A Educação nas Mensagens Presidenciais, período de 1890-1986, V.I, MEC/INEP, Brasília, 1987.

<sup>21</sup> Dentre as inúmeras repartições que funcionaram nas dependências do Instituto, estava a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Após a construção em 1939 de um moderno Ginásio Esportivo para os alunos surdos, o Ministério da Educação baixou uma determinação para que a Escola funcionasse nesse espaço. Alunos dessa Escola passaram a fazer parte do cotidiano da instituição, inclusive a mais célebre, a atriz Tônia Carreiro.

<sup>22</sup> O Instituto Benjamin Constant foi fundado no ano de 1854 para o atendimento a escolares cegos. Funciona no bairro da Urca no Rio de Janeiro. Sua estrutura regimental é similar a do INES.

Mudez no Brasil, trata-se de uma rica explanação acerca de temas referentes à surdez tais como: breve histórico sobre a questão da surdez e do surdo, etiologia, anátomo-patologia, prevenção, legislação e, por fim, comentários sobre instituições brasileiras que atendem surdos. O Instituto foi um dos locais visitados pelo médico. Em decorrência dessa visita o Doutor Bacellar formulou pesadas críticas à gestão do Doutor Custódio:

(...) visitando este Instituto em setembro passado, e, francamente, enorme foi a nossa desillusão. O Instituto propriamente funciona na ala esquerda do prédio, sendo a outra ocupada por diversas repartições federais. Desde a entrada, nota-se em todos os cantos a falta de uma administração enérgica e eficiente como requer um Instituto desta natureza. Falta ordem, falta asseio, falta disciplina, falta tudo...

Alumnos maltrapilhos e descalços, recebendo instrução péssima, não por falta de professores ou incompetência delles, muito pelo contrário, mas por falta absoluta de material escolar- não há papel, nem lápis, nem livro; a biblioteca e o museu aos poucos foram se dissolvendo, pouco restando delles actualmente. Vai à aula o alumno que quer ir, porquanto não há quem o obrigue a isso. Quanto a métodos de ensino, não existem, por quanto, verdadeiramente, não existe ensino. Não há seleção de alumnos-encontramos lá, desde o surdo mudo verdadeiro até o perfeito idiota.No estado em que está, o Instituto Nacional de Surdos Mudos representa o typo mais acabado de Instituto de “fachada” estando transformado em um mão e decadente asylo para aquelles infelizes.(pp. 101-102)

Tal consideração aponta para o funcionamento do Instituto mais como asilo do que como uma instituição educacional. A mesma crítica fez o Doutor Tobias em 1868, quando foi designado para fazer avaliação do trabalho realizado no Instituto. Com efeito, o perfil assumido pela gestão do Doutor Custódio estava longe do perfil assumido pela gestão Tobias Leite. Vale lembrar que ambas as gestões foram longas. A gestão de Tobias Leite durou vinte e oito anos e a de Custódio Ferreira Martins, vinte e três. A fim de estabelecer uma avaliação comparativa entre essas duas gestões relativa à projeção nacional do Instituto podemos afirmar que a primeira revelou um alinhamento a essa perspectiva, já a do Doutor Custódio esteve mais voltada para as obras de ampliação da sede e para o investimento nas oficinas, mesmo antes da instituição ser transformada por decreto em instituição de ensino profissionalizante. A projeção que o Instituto vai alcançar nesse período é da excelência do trabalho em suas oficinas. Na documentação desse período, predominam despachos de inúmeras repartições públicas e privadas solicitando trabalhos de encadernação realizados pelos

alunos. A qualidade desses trabalhos era bastante conhecida e comentada no Rio de Janeiro.

Desse modo, a atuação em âmbito nacional do Instituto parece ter refluído, não havendo mais o registro de publicações de relevância para o ensino ou outros meios de divulgação das ideias sobre educação de surdos que, naturalmente, continuavam circulando no âmbito da instituição.

O final do governo do presidente Washington Luís (1926/1930) foi um período de grande agitação em função das disputas entre as forças políticas que agiam para fazer seu sucessor. Getúlio Vargas, candidato da Aliança Liberal, vence a disputa e inicia um longo e importante período da história do Brasil, conhecido como Era Vargas.

As transformações pelas quais estava passando o país também refletiram na rotina do Instituto. Em meados da década de 1920, dois jovens médicos otologistas, Doutor Armando de Paiva Lacerda<sup>23</sup> e Doutor Henrique Mercaldo, tinham seus trabalhos de reeducação auditiva reconhecidos no ambiente científico e amplamente divulgados pela imprensa.

Em uma das matérias do Jornal *O Globo* do dia 19 de março de 1926, o Doutor Armando explica os fundamentos do método de reeducação auditiva. Junto com o Doutor Mercaldo, dividiam um mesmo consultório onde trabalhavam o método desenvolvido por Zund-Burguet, considerado a maior autoridade em otologia clínica da época. Tratava-se da Kinesitherapia do ouvido: *tratamento rigorosamente dosado, por meio de vibrações sonoras, excitante natural do órgão auditivo, associados à trepidação molecular*. Quanto aos resultados, diz, na reportagem acima mencionada, que o sucesso é maior ou menor segundo circunstâncias que estão na *dependência direta do tempo da anormalidade auditiva, do estado geral do enfermo, da natureza da surdez*.

---

<sup>23</sup> Armando Paiva Lacerda nasceu no ano de 1898 em Petrópolis no Estado do Rio de Janeiro. Formou-se em medicina pela Universidade do Rio de Janeiro. Pertencia a uma família de políticos, alguns ligados ao Partido Comunista e a Luis Carlos Prestes. Era filho de Edmundo de Lacerda e Elvira Paiva de Lacerda. Foi diretor do Instituto no período 1930/1947. Seu primo, Carlos Lacerda, foi Governador do Estado da Guanabara e político influente por mais de duas décadas.

Decerto que o reconhecimento público do importante trabalho desenvolvido pelo Doutor Armando contribuiu para que o chefe do governo provisório, Getúlio Vargas, em 1930, o nomeasse diretor do Instituto. Sua posse foi amplamente divulgada pela imprensa.

A princípio, o Doutor Custódio relutou em passar-lhe o cargo; depois, rendendo-se às evidências, deu uma declaração que pode ser compreendida como uma alegoria das transformações pelas quais o Brasil estava passando que culminaram na derrocada da República Velha e na chegada da Era Vargas: *Hoje não valho mais nada: sou um vencido, um traste inútil que o governo revolucionário pôs de lado* (Jornal *A Noite*, 20/12/1930)

Enquanto isso, o Doutor Armando Lacerda era muito festejado, inclusive pela então responsável pela Página de Educação do Diário de Notícias, poetisa Cecília Meireles<sup>24</sup>. Sabe-se que, em toda a obra de Cecília, a infância tem um lugar de destaque não só em sua produção poética como em seus textos sobre educação. Com o título *Justiça Social para a Criança Brasileira*, Cecília inicia uma série de visitas a instituições de proteção e educação especializada para saber como o Brasil cuida da infância mal favorecida. As crônicas publicadas nos dias 11, 12 e 14 de fevereiro são decorrentes de sua visita ao então Instituto Nacional de Surdos-Mudos. As três crônicas publicadas encontram-se ordenadas de maneira que a primeira apresenta uma discussão sobre o sentido da educação, faz críticas à educação na República Velha e introduz o tema da surdez baseada na tese do Doutor Arnaldo de Oliveira Bacellar. Ainda nesta primeira crônica, fica claro o seu apoio político ao jovem médico Armando Paiva Lacerda, que assumiu a direção do Instituto identificado com os ideais escolanovistas. Na segunda crônica, Cecília Meireles narra sua visita à instituição e também comenta seu contato com as crianças surdas, oportunidade em que sua poética dialoga com um mundo, para ela desconhecido, de crianças que falam com as mãos.

---

<sup>24</sup> Cecília Meireles formou-se professora em 1917 pela Escola Normal do Rio de Janeiro. Em 1930, assumiu a direção de uma página diária sobre educação no Jornal *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro. Foi signatária do *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova*, documento dirigido ao povo brasileiro e ao governo em 1932, cujo conteúdo apontava a necessidade da reconstrução educacional no Brasil. O Manifesto era em defesa da educação leiga, pública e gratuita.

E assim com esse rythmo de que vae realizar uma obra em que põe toda a sua esperança, e de quem tem confiança no idealismo verdadeiro dos homens da Revolução, que o doutor Armando Lacerda nos conduz pela ala esquerda do edificio.

Há uma larga escada que vae ao segundo pavimento. Sob essa escada longos bancos de madeira. E, de um lado para outro, espreitando curiosos, gesticulando, rindo, encolhendo-se com desconfiança pelos cantos, ou olhando passivamente ao acaso, umas doze crianças vestidas de macela azul, nos apparecem, com essa estranha physionomia dos que não ouvem e não falam, e que nos dão a impressão de os podermos, de repente, desencantar.....

Vamos recebendo instrucções sobre a sua mimica.

Um bate no meio da testa, comunicando-se com o companheiro.

-Está indicando que eu sou o director, diz-nos o doutor Armando Lacerda.

Outro, junta todos os dedos e abre-os depois no ar, imitando uma explosão. Refere-se ao magnésio da photographia. A certeza de que vão ser photographados enche-os de alegria. Endireitam a roupa, abotoam a gola, tomam, mesmo, attitudes de certa importância, e divertem-se muito com todos esses preparativos.

Pela primeira vez nos encontramos deante de tantos surdos-mudos. Passa-nos pela cabeça um mundo de coisas varias. Todo o mysterio do pensamento daquellas crianças pertuba-nos. Lembramos esse milagre das communicações entre o nosso espirito e o ambiente. Ocorre-nos o velho aphorismo: “Nada existe no pensamento que não tenha passado pelos sentidos”... (Cecília Meireles. In: *Jornal Diário de Notícia*, 12/02/1931, p.7)

A terceira crônica é uma entrevista com o Doutor Armando que apresenta sua proposta de gestão para o Instituto, efusivamente apoiada pela poetisa (Rocha, 2006).

O início da gestão do Doutor Armando foi destinado a reorganizar a instituição. Tinha que enfrentar o problema das inúmeras repartições públicas ocupando boa parte das instalações e a questão do acesso às meninas surdas ao Instituto, recebendo pressão inclusive de uma organização feminista denominada Aliança Nacional das Mulheres. Em 1932, é finalmente criada uma seção feminina com oficinas de costura e bordado, funcionando apenas em regime de externato.

A questão da utilização do espaço era grave já que as atividades do Instituto só eram desenvolvidas na ala esquerda do prédio. O restante estava destinado às repartições, dentre elas a Comissão Rondon.

O ensino era diferenciado e dividido em linguagem escrita, linguagem oral (leitura labial) e linguagem oral/auditiva, oferecida aos que tivessem resíduo. A terminalidade era alcançada quando o aluno dominasse uma profissão das muitas oferecidas nas oficinas da instituição, tais como encadernação, sapataria, alfaiataria, modelagem e marcenaria.



Em 1936, o Jornal *A Noite Ilustrada* realiza uma grande matéria sobre o Instituto, com muitas fotografias que retratavam o ambiente das salas de aula, das oficinas, dos pátios e dos alunos em muitas das suas atividades. Dentre essas fotografias, uma merece destaque. Trata-se de uma imagem muito significativa na qual dois alunos sentados na bela escadaria interna da instituição conversam através de sinais. É uma imagem que acolhe em seu conteúdo um dos muitos sentidos dessa centenária instituição. A reportagem é uma importante oportunidade para que o Doutor Armando pudesse apresentar aos leitores do Jornal e, conseqüentemente, à sociedade, o que acontece na *Caza do Silêncio*, referência utilizada pelo repórter. O diretor apresenta, entre outras coisas, o seu projeto de ensino, as oficinas profissionalizantes, a seção feminina e, também o professor surdo Antonio Pitanga<sup>25</sup>, premiado artista, destacando, nessa oportunidade, a importância para os surdos serem instruídos por seus semelhantes que atingiram um lugar de prestígio na sociedade.

Pouco mais de um mês da publicação dessa matéria, em 15 de outubro de 1936, uma senhora de nome Regina de Souza Frota envia à instituição uma carta em que se mostra bastante entusiasmada ao tomar conhecimento do trabalho realizado com os meninos surdos. Comenta que leu a matéria e que esta encheu-a de esperança em relação ao seu filho surdo. Pede esclarecimentos quanto aos procedimentos que deverá tomar para matriculá-lo. O rapaz já havia estudado no Instituto Rodrigues Alves, fundado pelo Sr. Caruzone, situado na cidade de São Paulo, que foi fechado quando este faleceu.

Vale lembrar que o diretor tinha excelentes relações com a imprensa e, também, com a intelectualidade nacional. Além de Cecília Meireles, que mostrava-se bem próxima ao diretor, outro expoente da cultura brasileira, Carlos Drummond de Andrade, também tinha uma convivência com o Doutor Armando, naturalmente intensificada pela função exercida como chefe de gabinete do ministro da Educação e Cultura Gustavo Capanema. Há muitos despachos no acervo do INES assinados pelo

---

<sup>25</sup> Antônio Edgard de Souza Pitanga era surdo, nasceu em Pernambuco e foi formado pela Escola de Belas Artes. Foi vencedor de vários prêmios como Grande Medalha de Prata (Menino Sorrindo), Grande Medalha de Ouro (Ícaro) e o prêmio Viagem à Europa com a escultura Paraguassú. Foi professor do Instituto onde lecionou as disciplinas de Desenho e Trabalhos Manuais. Morreu com apenas 48 anos em 1940. Consta no acervo do Instituto um retrato seu pintado a óleo pelo pintor H. Cavaleiro.

poeta. Num deles Drummond solicita vaga para um surdo de família conhecida frequentar as oficinas.

Ainda em 1936, o diretor fala ao Jornal *O Globo* sobre os problemas das repartições que funcionavam dentro do Instituto. Naquela altura, o Ministério da Guerra, que tinha a Inspetoria de Fronteiras funcionando na ala direita do prédio desde 1918, propunha uma indenização pelo tempo de ocupação e um pagamento de aluguel para permanecer ocupando. O acordo foi entendido como vantajoso para a Instituição, porque, além da indenização e do aluguel, havia o compromisso de se construir um pavilhão para as oficinas de madeira e, também, um elevador para serventia geral do Instituto (*O Globo*, 25/03/1936, p.2)

Finalmente, em 1937, as obras de ampliação têm início, transformando as dependências da instituição num grande canteiro de obras. As aulas foram suspensas por quase cinco anos. Foram construídos nesse período o ginásio esportivo, considerado um dos melhores da época, as oficinas profissionalizantes, o elevador e o auditório. Também foram realizadas obras de ampliação nos espaços dos segundo e terceiro andares. Essas ampliações são conhecidas pelos funcionários da instituição como “orelhas”.

Com as aulas suspensas, somente alguns poucos alunos permaneceram no Instituto por não terem onde ficar. Portanto, alguma atividade foi mantida no período de duração das obras. Embora a atuação do Instituto, em âmbito nacional, tenha ficado restrita tão somente ao recebimento de alunos de todo o Brasil tal como a gestão de Custódio Ferreira Martins, não encontramos aproximações significativas de sua gestão com a de seu antecessor.

O Doutor Armando tinha de fato um projeto de forte base científica para o Instituto alinhado ao ideário escolanovista. Como vimos, reorganizou a instituição, ampliou suas dependências, trouxe as meninas de volta, criou outras oficinas e transformou o Instituto num campo de pesquisas sobre a surdez. Incentivou a visita de cientistas ao Instituto e, também, proporcionou viagens de professores aos centros europeus e americanos que trabalhavam com as questões da surdez. Na qualidade de médico, pesquisou técnicas de reabilitação auditiva e da fala, levantou estatística sobre etiologia da surdez, construindo suas propostas a partir desses dados.

No relatório que o Doutor Armando envia ao então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, no ano de 1937, consta que naquela altura a instituição contava com cento e vinte e sete alunos, em regime de internato, externato e semi-internato. O Instituto continuava recebendo alunos de todo Brasil, em grande parte da região sudeste, destacando-se Minas Gerais e São Paulo. Do exterior, estão registrados: seis de Portugal, dois da Itália, um do Uruguai e três do Paraguai.

Consta nesse relatório a preocupação dos docentes da instituição em reorganizar o ensino aplicado em bases científicas, visando obter maior rendimento das atividades exercidas em conexão com as oficinas. Eram, para tanto, realizadas pesquisas de fragmentos de linguagem, resíduos auditivos e medidas de inteligência. Os testes de inteligência eram feitos, também, com o objetivo de classificar os alunos para o tipo de atendimento condizente com sua capacidade. O teste utilizava a Escala de Herderschéé. Além dessas pesquisas, pretendia iniciar os ensaios relativos à aplicação do perfil psicológico de Rossolimo nos alunos. O diretor fora aconselhado a fazê-lo pelo professor Henri Wallon<sup>26</sup>, por ocasião de sua visita ao Instituto em 1935.

A ideia do Curso Normal, que somente na década de 1950 vai ser concretizada, já constava nesse relatório que apontava ainda para o potencial do Instituto de ser um centro de pesquisas na área audiométrica.

---

<sup>26</sup> O francês Henri Wallon nasceu em 15 de junho de 1879. Tornou-se um pensador conhecido mundialmente por seu trabalho sobre a Psicologia do Desenvolvimento Infantil. Seu foco era o estudo, em bases interacionistas, das diversas etapas da infância. Aos 23 anos, em 1902, formou-se em Filosofia pela Escola Normal Superior, e em 1908 formou-se em Medicina, sendo que de 1908 a 1931 trabalhou com crianças portadoras de deficiência mental. Seu primeiro trabalho, *Délire de persécution. Le délire chronique à base d'interprétation* (“Delírio de perseguição. O delírio crônico na base da interpretação”), foi publicado em 1909. Em 1920, passou a lecionar na Sorbonne, Universidade de Paris. Entre 1920 e 1937, foi encarregado de conferências sobre a Psicologia da Criança na Universidade de Sorbonne e em outras instituições de ensino superior. Em 1925 publica sua tese de doutorado intitulada *L'enfant turbulent* (“A Criança Turbulenta”), iniciando um período de intensa produção literária na área de Psicologia da Criança. Até 1931 exerceu a função de médico de instituições psiquiátricas. Wallon e atuou como professor do *Collège de France*, no Departamento de Psicologia da Infância e Educação, no período que vai de 1937 a 1949. Em 1945 publica seu último livro, *Les origines de la pensée chez l'enfant* (“As origens do pensamento na criança”). Wallon foi um importante ativista marxista. Durante a Segunda Guerra Mundial foi perseguido pelo regime nazista, tendo de viver, por um período, na clandestinidade. Esteve no Brasil em 1935, ocasião em que visitou o Instituto a convite do Dr. Armando Lacerda. Henri Wallon faleceu em dezembro de 1962, em Paris, aos 83 anos.

Os conteúdos das aulas de linguagem escrita do final da década de 1930, no ano de 1939, estão documentados em dois cadernos (ver anexos). Um é do aluno Walter de Oliveira e o outro é uma coletânea de trabalhos de vários alunos. Ambos registram o cotidiano das aulas de matemática e de língua portuguesa proferidas pelo professor Geraldo Cavalcanti<sup>27</sup>.

A gestão do Doutor Armando Lacerda, caracterizada por ações mais voltadas para o cotidiano escolar e não para grandes projetos nacionais, era muito bem avaliada pelos surdos. O diretor era muito querido pelos alunos tanto que sua saída da direção, traumática para os atores institucionais, continuou repercutindo anos depois.

Durante toda a Era Vargas (1930-1945), o Doutor Armando esteve na direção do Instituto. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a derrota dos regimes nazi-fascistas, o presidente Getúlio Vargas inicia um processo de abertura política, anunciando eleições diretas para a presidência da república. Ao final de 1945, o general Eurico Gaspar Dutra é eleito presidente pela coligação PTB-PSD.

Em 1946, é promulgada uma nova Constituição. Inicia-se um período de forte alinhamento com a política norte americana. Era o começo da Guerra Fria. O mundo dividido em dois blocos: um de influência comunista e outro de influência capitalista. A política externa brasileira seguia as diretrizes americanas, culminando, em 1947, com o rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética. Nessa ocasião, o governo Dutra consegue do Supremo Tribunal Federal e do Congresso Nacional o consentimento legal necessário para suprimir o registro do Partido Comunista do Brasil. Com isso, o senador Luis Carlos Prestes e tantos outros parlamentares tiveram seus mandatos cassados.

A repercussão da política nacional não tardou chegar ao Instituto. O Doutor Armando é exonerado, ficando sem receber seus proventos por mais de um ano. A sobrevivência do diretor foi garantida pelos professores que se cotizaram e, mensalmente, lhes enviavam recursos. Depois de uma longa batalha jurídica

---

<sup>27</sup> O professor Geraldo Cavalcanti é reconhecido por muitos como um grande mestre. Influenciou várias gerações de professores de surdos. Foi idealizador do método OGNDD – Oral Global Natural Dedutivo Direto – , cujo foco principal é o desenvolvimento da linguagem. Era ligado ao Partido Comunista tendo sofrido perseguição política em vários momentos de sua extensa trajetória no INES. Sempre esteve ao lado dos surdos em suas mais importantes reivindicações. Nos anos 1970, em reunião com docentes do Instituto, defendeu a contratação de surdos para exercerem funções pedagógicas junto aos alunos. (Rocha, 2007, p.70)

conseguiu reconquistar seus direitos. O argumento utilizado para a sua exoneração era de má gestão técnica e administrativa. Na entrevista a mim concedida pela professora da instituição, Regina Rondon<sup>28</sup>, podemos ter uma ideia do que aconteceu com o diretor.

Segundo a professora, assim que o partido comunista caiu novamente na clandestinidade, o Doutor Armando abrigou alguns de seus membros na casa ao lado da sede principal do Instituto, onde hoje funcionam a Biblioteca e o Acervo Histórico. Lá ficaram escondidos o seu cunhado, o deputado Trifino Correia,<sup>29</sup> e o senador Luis Carlos Prestes, dentre outros. Embora tenha acolhido os parlamentares no Instituto de maneira discreta, como pedia a situação, foi denunciado e a seguir exonerado.

Conversando com antigos membros do Partido Comunista (PC), tive a informação de que muitas reuniões do PC foram realizadas no Instituto. Esse é o elo que vai fazer com que compreendamos um acontecimento sempre muito narrado pelos alunos surdos da geração dos anos 1940 que guarda um nexos importante com a política nacional e com a queda do Doutor Armando Paiva Lacerda.

Após a saída do doutor Armando, assume a direção do Instituto Antonio Carlos de Mello Barreto (1947/1951). Reconhecido com o perfil de disciplinador, não tinha a simpatia dos alunos nem dos funcionários. Em seu depoimento, a professora Regina conta da forte relação que o Doutor Armando tinha com os alunos e também com os funcionários que sempre lamentaram sua saída.

---

<sup>28</sup> Regina Rondon Krivochein foi professora do Instituto nas décadas de 1930, 1940 e 1950. Ingressou na instituição em 1937. Era muito ligada ao Doutor Armando por quem nutria forte admiração. Fundou, em 21 de agosto de 1952, junto com João Brasil Silvado Jr., Léa Borges Carneiro, Antonio Cavalcanti de Albuquerque, Felipe Carneiro e Marijeso de Alencar Benevides, a Associação Brasileira de Professores de Surdos. Essa associação tinha uma Revista Trimestral cuja direção cabia à professora Regina. O redator era o professor Jorge Mário Barreto. A publicação, além de temas referentes à surdez e à questões políticas, trazia biografias de alunos e professores. Foi professora da Escola Comercial Clovis Salgado, criada nos anos cinquenta, na gestão de Ana Rímoli. Concedeu entrevista, a mim, em seu apartamento no bairro de Copacabana em julho de 2007.

<sup>29</sup> Quando o Presidente da Câmara Federal acabou de ler o ato de cassação do PCB, o deputado Trifino Correia subiu numa cadeira e ofertou a seus pares uma estrondosa e ecumênica banana. O Partido Comunista tinha, então, oito jornais diários, duas editoras e mais de cento e cinquenta mil militantes. A polícia, cumprindo a sentença judiciária, fecha seiscentas células no Rio, trezentas e sessenta e uma em São Paulo e vinte e três em Porto Alegre. (In: RIBEIRO, Darcy. *Aos Trancos e Barrancos*, Rio de Janeiro: Ed.Guanabara, 1985)

Outro depoimento sobre a mesma época, da professora Léa Carneiro,<sup>30</sup> nos traz um episódio para ilustrar a fama de disciplinador do diretor Barreto e a resistência solidária dos alunos ao seu modo autoritário. Conta ela que o chefe de disciplina nessa ocasião era muito magro e identificado pelos alunos como *o caveira*. Numa ocasião foi encontrado um desenho de conteúdo crítico fazendo remissão a esse inspetor. A mobilização para encontrar o autor do desenho, a mando do diretor, foi enorme. A ideia era a de punir o autor da ousadia. No entanto, a punição não aconteceu, porque ninguém o denunciou. Lembra a professora Léa que o autor do desenho era seu aluno e tinha uma história muito interessante. Era italiano<sup>31</sup> e recém chegado da experiência traumática dos efeitos da Segunda Guerra Mundial em seu país. Quando começou a produzir suas primeiras frases escreveu de modo espontâneo: *Brasil não morte. Brasil gosto muito. Brasil não guerra*. Para a professora Léa um menino tão sofrido com tantas experiências traumáticas não poderia ser perseguido por um desenho (em sua opinião, estava até muito bem feito).

No dia 5 outubro de 1950, na gestão do diretor Mello Barreto (que era ligado ao Partido Social Democrático do presidente Gaspar Dutra), os alunos promovem uma série de atos que iriam desestabilizar a rotina institucional. Atos esses que acabarão por inseri-los nas discussões da política que era praticada no Brasil naquele período. O evento foi manchete do Jornal *O Globo*: *Revoltaram-se os Surdos-Mudos*. Em entrevista ao Jornal o inspetor de alunos do Instituto Angélico Teixeira relatou:

(...) depois que grande parte dos internos já havia se recolhido ao leito, notou que em alguns compartimentos as lâmpadas eram acesas e apagadas sucessivamente, já desconfiado de que algo estaria para acontecer, permaneceu do lado de fora de um dos

---

<sup>30</sup> Léa Paiva Borges Carneiro trabalhou como professora no Instituto de 1934 até 1957. Foi designada, a princípio, para a função de auxiliar de ensino, que equivalia a função de repetidor. Trabalhou como repetidora das aulas do professor Saul Borges Carneiro, com quem casou anos depois. Foi autora de uma cartilha elaborada junto com o professor Jorge Mário Barreto em 1946. Concedeu entrevista, a mim, nas dependências da Instituição, em agosto de 1997, por ocasião das comemorações dos 140 anos do Instituto. O depoimento é peça do acervo iconográfico do INES tendo sido gravado em mídia VHS.

<sup>31</sup> O número de alunos e a localidade de origem, que estão presentes no livro de matrícula do Instituto Nacional de Surdos Mudos, correspondente ao período 1930/1947, apontam para o fato, já mencionado, de que o Instituto recebeu alunos de diversas regiões do Brasil e, também, do exterior. Desse período estão registrados dois alunos de nacionalidade italiana, seis de nacionalidade portuguesa, três de nacionalidade paraguaia e um de nacionalidade uruguaia. Do Brasil, a grande maioria vinha da região sudeste.

alojamentos, próximo dos interruptores das lâmpadas dos corredores a fim de guarnecê-los. Mal tomava aquela providência, os alunos que já haviam desligado as lâmpadas dos corredores e no escuro se dirigiram para o pavimento térreo, onde depredaram a seção disciplinar, o gabinete do diretor a secretaria e outras dependências... os amotinados já haviam quebrado camas e até atirado os colchões do terceiro pavimento. (Entrevista concedida ao Jornal *O Globo* em 6 de outubro de 1950)

Um outro depoimento importante sobre esse episódio é o que me foi concedido pelo ex-aluno Ulisses Lopes<sup>32</sup> (cinquenta e cinco)<sup>33</sup>. O depoimento retrata o que sua memória guardou dessa experiência. Embora não tenha participado diretamente porque, segundo ele, era ainda uma criança, lembra muito bem de como aconteceu. Viu as luzes piscando e o começo da rebelião. Considera que a alegria pela vitória de Getúlio tenha sido a motivação mais forte, além da insurgência pelo perfil disciplinador do então diretor Mello Barreto.

A repercussão da rebelião foi tamanha ocupando as primeiras páginas dos principais jornais. O jornal *O Globo*, aliado de Carlos Lacerda, feroz opositor de Getúlio Vargas, levantava algumas hipóteses: *regozijo pela possível vitória de Getúlio para a presidência da república, maus tratos infligidos pelos inspetores ou agitação comunista*.

Para alguns, os alunos eram apenas inocentes colaboradores e instrumento de agitação de professores e funcionários contrários à decretação da prisão de Prestes e de seus colaboradores dentre os quais o Doutor Armando Lacerda. No jornal, os alunos foram identificados somente pelos números de suas matrículas. Os acusados de liderar a rebelião, dentre outros, eram os: 57, 195, 46, 171, 271, 21 266, 457, 2411, 42, 97, 71, 166, 200, 170, 118, 96, 150 e 435. Como consequência da rebelião, alguns deles foram suspensos e o diretor, exonerado. Moto contínuo, o Ministério da Educação cria uma Comissão a fim de apurar detalhadamente os acontecimentos.

---

<sup>32</sup> Ulisses Lopes foi aluno do instituto e depois foi contratado na década de 50 para trabalhar como inspetor. Concedeu entrevista, a mim, nas dependências do Instituto em julho de 2007.

<sup>33</sup> Essa referência em números é um modo criado pelos surdos a fim de se identificarem através do número correspondente ao de sua matrícula no Instituto. Todos os surdos, seus professores e familiares são batizados por um sinal que revela alguma característica física ou de temperamento. Muitos surdos são batizados pelo próprio número de matrícula.

Dentre seus membros, estava a professora Ana Rímoli de Faria Dória<sup>34</sup> que acabou por se tornar a primeira mulher a dirigir o Instituto.

Sua gestão (1951/1961) vai atravessar dois importantes períodos da história do Brasil. O primeiro período é representado pela volta de Getúlio Vargas à presidência da república através de eleições diretas e, também, pelas pressões políticas que sofreu, culminando no drama de seu suicídio. O segundo período é representado pela chegada ao poder do presidente *bossa nova* Juscelino Kubitschek e, com ele, a aura dos anos dourados.

Uma das primeiras decisões tomadas por *dona Ana* – assim identificada pelos funcionários ouvintes de sua época; pelos surdos, é identificada com a configuração da letra U, em vertical, no meio da testa – foi a de requisitar o assistente técnico lotado no gabinete do Ministério da Educação, Tarso Coimbra<sup>35</sup>, para prestar serviços no Instituto. O argumento é de que ele já havia exercido a função de professor do ensino emendativo em várias instituições, inclusive no Instituto, tendo acumulado um conhecimento que viabilizaria a implementação de um programa de ensino que levasse o surdo à auto-suficiência.

A data do ofício é do dia 3 de março de 1951; portanto, duas semanas depois de sua nomeação. Essa parceria vai durar todo o período de gestão de Ana Rímoli, tendo o capitão Tarso (assim identificado pelos funcionários de sua época) assumido a função de diretor substituto.

---

<sup>34</sup> Ana Rímoli de Faria Dória, nasceu em 7 de outubro de 1912. Natural de São Paulo, era filha de Fernando Rímoli e Olga Ferraz Rímoli. Foi diplomada pela Escola Normal da capital de São Paulo, em 1930. Assumiu várias atividades ligadas ao magistério público primário. Em 1934, concluiu o Curso de Formação de Professores do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo. Assumiu a função de Técnica de Educação do Ministério da Educação e Saúde, através de concurso realizado em 1941. No ano de 1942 foi requisitada para o DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público) exercendo uma função na Divisão de Seleção. Era sócia cooperadora da ABE (Associação Brasileira de Educação). Depois de assumir inúmeras funções no INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas), foi designada através da portaria ministerial de 5 de outubro de 1950, para fazer parte da Comissão que iria apurar os incidentes ocorridos com os alunos e o diretor Barreto. Em 23 de fevereiro de 1951 é nomeada, por decreto presidencial, diretora do Instituto

<sup>35</sup> Tarso Coimbra nasceu em 10 de julho de 1908, era natural do Distrito Federal (atual RJ), filho de Abdenago Coimbra e Theckla Wilsom Coimbra. Advogado e jornalista, também foi professor dos Colégios Santo Inácio e São José. Exerceu as funções de oficial de gabinete do diretor geral do Departamento Nacional de Educação, de 1942 a 1945, e, foi também, oficial de gabinete do ministro da Educação Clemente Mariani.



Quando foi indicada para assumir a direção da Instituição, dona Ana coordenava o curso de Revisão de Conhecimentos e Práticas referentes ao Jardim de Infância realizado pelo Instituto de Pesquisas e Formação Social do MEC. O público a que se destinava o curso era de professores que atuavam no então Jardim de Infância. Além de coordenadora também exercia função docente no curso. Com isso, muitas dessas alunas foram convidadas a ingressarem no Curso Normal Especializado para a Educação de Surdos, recém criado no Instituto. Uma dessas alunas, Álpia Ferreira Couto<sup>36</sup>, vai desempenhar importante papel na educação de surdos, em âmbito nacional, nos anos 1970. É possível que o fato de Álpia Couto estar ligada, historicamente, a projetos de aquisição de língua oral tenha corroborado para o equívoco cometido por Goldfeld (2002) quando este afirma que

Em 1911, no Brasil, o Ines, seguindo a tendência mundial, estabeleceu o Oralismo puro em todas as disciplinas. Mesmo assim, a língua de sinais sobreviveu em sala de aula até 1957, quando a diretora Ana Rímola de Faria Doria, com assessoria da professora Alpia Couto, proibiu a língua de sinais oficialmente em sala de aula. Mesmo com todas as proibições, a língua de sinais sempre foi utilizada pelos alunos nos pátios e corredores da escola. (p.32)

A professora Álpia nunca trabalhou como assessora de Ana Rímoli (havia até uma certa discordância teórica entre elas). Quanto à proibição da língua de sinais, vou discutir mais adiante.

---

<sup>36</sup> Álpia Couto-Lenzi nasceu no Espírito Santo. Fez o Curso Normal no Instituto. Trabalhou com surdos numa escola que funcionava dentro da casa de seus pais. No final dos anos 1970 foi coordenadora da área de deficientes auditivos do Centro Nacional de Educação Especial-CENESP. Nessa função promoveu a reorganização dos cursos de especialização para professores de surdos no INES. As duas primeiras turmas foram formadas no ano de 1981.